



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Tribunal Superior de Recurso de Maputo
5ª Secção Cível

Proc. nº 277/21-R – Apelação
Recorrente: Moza Property Development, Lda.
Recorrido: INSS
Tribunal Recorrido: Tribunal Judicial da Província de Gaza

Sumário:

- I. Na acção executiva para pagamento de quantia certa pretende-se executar a quantia constante do título executivo que constitui o fim e o limite da execução, nos termos do disposto nos artigos 45º e 46º, do CPC.
- II. Na eventualidade de algum desajuste entre a quantia constante do título e a declarada pelo exequente, não deve o Juiz indeferir o requerimento executivo com fundamento na ineptidão da petição inicial, decorrente da ininteligibilidade ou contradição entre o pedido e a causa de pedir, pois esta não é a situação prevista nos artigos 474º, nº1, alínea a), conjugado com o artigo 193º, nº1 e 2 alíneas a) e b), do CPC.
- III. Sendo certo que os embargos de executado constituem meio de oposição à execução, com base nos fundamentos arrolados nos artigos 813º e 815º, do CPC, não é praticável, nesta espécie de acção, a dedução do pedido reconvenicional, por tratar-se de figura jurídica privativa do processo declarativo, conforme o consignado no artigo 501º, do CPC.

Palavras – Chave: acção executiva. fim e limite da execução, pedido reconvenicional

Acórdão

Acordam, em conferência, os Juízes da 5ª Secção Cível do Tribunal Superior de Recurso de Maputo.

Por apenso aos autos de acção executiva ordinária para pagamento de quantia certa, registados sob o nº22/17, a correr termos pelo Tribunal Judicial da Província de Gaza, veio Moza Property, Development, Lda, propor embargos de executado contra o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), ambos melhor identificados nos autos, exigindo a absolvição da executada da instância e o pagamento pelo exequente da quantia de 8.127.931, 50MTou, querendo, valer-se do instituto da compensação e pagar a diferença daquele montante, deduzidos que fossem 3.897.774,00MT, nos termos e fundamentos que se seguem:

-O documento junto aos autos como título executivo é uma carta da executada, em resposta, um ofício da exequente, a acusar a recepção do tal ofício e, igualmente fazer alusão de ter um valor a receber do exequente, não parecendo que tal carta, nos precisos termos em que se apresenta se afigura como título executivo, dado que, não obstante ter sido assinado pelo devedor, não é instrumento”*suigeneris*”de reconhecimento de uma obrigação pecuniária, razão pela qual a petição inicial deveria ter sido liminarmente indeferida;

-Foi preterido o disposto na cláusula 14ª do contrato que serve de base à execução, ao abrigo da qual, “*qualquer*” litígio emergente da interpretação ou execução do presente contrato será resolvido amigavelmente, de acordo com as regras da boa-fé e equidade, por ter o embargado rescindido o contrato, sem solicitar, previamente, qualquer encontro para negociação e ter ignorado todas as propostas de pagamento faseado;

-Ocorre a excepção da nulidade processual por ineptidão da petição inicial, decorrente da inteligibilidade do pedido e contradição entre o pedido e a causa de pedir, dado o facto de ter o exequente pedido ao Tribunal que citasse a executada para pagar 5.197.032.00MT já pagos, devendo a petição inicial ser liminarmente indeferida.

Deduziu o pedido reconvenicional, com base no artigo 815º, do CPC, alegando ter o exequente, no âmbito do contrato de consultoria nº122/ Consultoria/INSS/UGA/2014, de 10 de outubro de 2014, o exequente beneficiado de serviços da executada no valor de 8.127.031,50 MT, que não se dignou a pagar, apesar das inúmeras tentativas de cobrança extrajudicial, devendo o tribunal condenar o embargado ao devido pagamento.

Culminou pedindo a procedência das excepções por si suscitados e a condenação do embargado ao pedido reconvenicional, no valor de 8.127.931,50MT ou, querendo, valer-se do instituto da compensação e pagar a diferença daquele montante, uma vez deduzidos os seus 3.897.774,00MT.

Juntou documentos de prova e procuração forense de fls. 5 a 26 dos autos.

Devidamente notificado, veio o embargado de fls. 31 a 42, dados aqui por integralmente reproduzidas, deduzir oposição, pugnando pela improcedência tanto das exceções como do pedido reconvenicional.

Sem mais articulados teve lugar a audiência preliminar, conforme a respectiva acta a fls.47

Por fim, foi proferida sentença de fls. 49 a 54 dos autos, que julgou improcedentes os embargos de executado.

Irresignada, veio a embargante interpor, tempestivamente, recurso de apelação, havendo, em respectivas alegações, oportunamente oferecidas, formulado a seguinte matéria conclusiva:

-O Tribunal “a quo” não se pronunciou sobre a excepção da ilegitimidade do executado, nos termos do artigo 413º, do CPC, o que é aqui chamado à colação por força do disposto no artigo 815º, do CPC, traduzindo-se a tal ilegitimidade no facto de, o contrato de cuja execução emergiu a suposta dívida exequenda ter sido celebrado entre o exequente e a Moza, Business corporation, Lda., pessoa jurídica destinta da Moza corporation, Lda.;

-O Tribunal “a quo” ignorou a confissão do ora recorrido no reconhecimento de que não respeitou a cláusula 14º, nº1, do contrato celebrado, o que, se não tivesse acontecido, teria levado o Tribunal “a quo” a declarar improcedente a acção executiva por ter preterido os termos do contrato;

-O Tribunal a quo violou o disposto no artigo 193º, nº1 e 2, a) e b) do CPC, sobre a nulidade do processo de execução por ininteligibilidade da petição inicial;

-O Tribunal “a quo” ignorou a reconvenção, não chamou o instituto da compensação, em circunstâncias que claramente justificavam o recurso a esta solução.

O apelado contra-alegou, de fls. 83 a 95 dos autos, pugnando pela improcedência do recurso.

Tudo visto e ponderado, cumpre apreciar e decidir.

A delimitação objectiva do recurso é feita pelas conclusões da respectiva alegação, excepção, feita às questões que a lei permite ou impõe o seu conhecimento oficioso.

Nesta conformidade, importa no presente recurso aquilatar se:

- Ocorre a excepção da ilegitimidade do executado;

- O Tribunal “a quo” ignorou a confissão de ter o apelado violado a cláusula contratual da prévia resolução amistosa do litígio;

-Opera a nulidade processual por ineptidão da petição inicial do requerimento executivo;

-Havia lugar à dedução e apreciação do pedido reconvenicional num processo de embargo de executado.

Apreciando

A apelada inicia a fundamentação do seu recurso apontando a omissão de pronúncia por parte do tribunal “*a quo*”, quanto à excepção da ilegitimidade do apelado, por, si, supostamente arguida. Ora, sucede que, calcorreada a petição inicial dos embargos de executado, em toda a sua extensão, nada se alcança que, no mínimo, se enquadre na dita excepção.

Por tal razão, em momento algum, a nível da primeira instância, tal excepção foi objecto de discussão.

Na verdade, a presente instância tem por objecto a reapreciação das decisões ou matérias já conhecidas pela primeira instância e não questões novas trazidas em sede de alegações de recurso, porquanto extemporâneas.

É certo que, em determinadas circunstâncias, o tribunal de recurso pode ou deve ocupar-se de questões não discutidas na primeira instância sempre que em causa estejam as questões de conhecimento oficioso, sendo que, no caso vertente, não se mostra preenchida a excepção da ilegitimidade, termos em que não pode o recurso proceder com este argumento.

No que respeita ao fundamento segundo o qual o Tribunal “*a quo*” ignorou a confissão da apelada de ter violado a cláusula 14ª do contrato, que estabelece que previamente à qualquer acção judicial as partes deveriam privilegiar o acordo, não nos parece tratar-se de fundamento verídico e consistente, na medida em que, contrariamente ao referido pela apelante, o tribunal pronunciou-se sobre tal excepção e a julgou improcedente.

Portanto, o facto de a apelante discordar com o veredicto do tribunal *a quo* quanto a esta questão, não significa que aquele tribunal sobre a mesma não se tenha pronunciado.

A título ilustrativo, passaremos a transcrever o excerto da sentença referente à apreciação da questão em discussão.

“A primeira excepção suscitada é a da preterição do disposto no contrato que serve de base a esta execução, precisamente na cláusula 14ª, nº1, onde se estabelece que qualquer litígio

emergente da interpretação ou execução deste contrato será resolvido amigavelmente, de acordo com as regras da boa-fé.

No nosso entender, esta excepção não procede uma vez que o embargado, ali exequente, enviou uma carta de cobrança extrajudicial de dívida, dando prazo de cinco dias para o seu pagamento.

Se no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da recepção da presente nota, V.excias não se dignar a pagar, entendemos que não estão interessados na solução preconizada e seremos obrigado a acionar os mecanismos legais ao nosso dispor.

A Moza property Development, Lda não se dignou a responder. Dos autos nada consta que tenha respondido a referida carta.”

Do excerto supra, dúvidas não subsistem quanto ao facto de não ter o tribunal “*a quo*” ignorado a questão em causa, como contrariamente entendeu a apelante, razão pela qual o argumento não procede.

Prosseguindo, entende a apelante que nos autos se preenche a excepção da nulidade processual por ineptidão da petição inicial, decorrente da ininteligibilidade do pedido e da causa de pedir e da contradição entre o pedido e da causa de pedir.

Face à referida excepção, o tribunal *a quo*, tomou posição, indeferindo-a, com o fundamento de que, da petição inicial, percebe-se claramente o que se pretende, como também a matéria de facto que foi alegada pelo exequente bem como o título executivo que serve de base à execução.

É manifesta a nossa concordância com o veredicto do Tribunal “*a quo*” quanto a suposta nulidade.

Na verdade o fim e o limite da execução, consta do respectivo título em que consta o valor a ser pago ou a prestação a ser efectuada ou, ainda, a coisa a ser entregue, conforme se trate de execução para pagamento de quantia certa, prestação de facto ou entrega de coisa certa.

O Título executivo é claro ao indicar a quantia que se pretende executar ainda que, por mera hipótese, ocorra que o exequente declare no requerimento executivo uma quantia diversa da constante do título, a solução, no mínimo, seria o ajuste da quantia constante do título e nunca a tão gravosa medida do indeferimento liminar da petição inicial por ininteligibilidade ou contradição entre o pedido e a causa de pedir, como entende a apelante, conforme decorre do postulado nos artigos 45º e 46º, ambos do CPC.

Não procede, pelas razões expostas, o argumento da apelante.

Por último, importa referir que o pedido reconvenicional deduzido pela embargante, ora apelante, indeferido pelo Tribunal *a quo*, em nosso entender não tem cobertura legal em sede do processo executivo.

Recorde-se que o processo executivo não tem como finalidade declarar a existência de um direito ou condenar alguém a prestar um facto ou pagar certa quantia. Simplesmente visa executar o que consta do título.

Ao deduzir-se o pedido reconvenicional num processo executivo, notoriamente o reconvinte pretende tornar esta acção numa acção declarativa, em que impera o exercício de recolha de provas para aferir da existência ou não do direito invocado.

A própria tramitação do processo de embargos de executado, não prevê o instituto da reconvenção, como resulta da interpretação dos artigos 816º a 820º, ambos do CPC, termos em que não pode o recurso proceder com este fundamento.

Posto isto, negando provimento ao recurso, deliberam os juízes desta secção em manter, nos precisos termos a decisão recorrida.

Custas pela embargante.

Registe e notifique.

Maputo, 30 de Junho de 2025.

Almerino Jaime Chiziane (Relator)

Maria de Fátima Fonseca

Carlos Samuel Niquice